

EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA: A INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PRODUÇÃO DOS LIVROS DIDÁTICOS POR MEIO DA COLTED E DO INL NOS ANOS DE 1965 A 1975

BEATRIZ MOURA MENDES

Universidade do Estado do Pará (UEPA), Belém, Pará, Brasil

ALBERTO DAMASCENO

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil

JESSICA MESQUITA VASCONCELOS

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil

RESUMO: Este artigo investiga a intervenção do Estado na produção dos livros didáticos da disciplina Educação Moral e Cívica (EMC) por meio da Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED) entre os anos de 1965 à 1975. Temos como objetivos analisar essa interferência estatal na educação e compreender os ideais defendidos pelo Regime Militar a partir dos livros didáticos. Esta pesquisa de caráter documental tomou como fonte os livros utilizados na disciplina para desenvolver uma análise acerca dos conteúdos ali presentes, e tem como base teórica autores que abordam o mesmo campo no contexto histórico estudado. Como resultado, concluímos que os livros se tornaram instrumento de disseminação dos princípios e valores militares, (como o amor à Pátria, à família e ao trabalho) e da classe dominante por meio da COLTED.

PALAVRAS-CHAVE: Livro Didático; Educação Moral e Cívica; Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático.

INTRODUÇÃO

O presente artigo situa-se no campo da história da educação e tem como tema a história dos livros didáticos, na perspectiva de que “escrever a história dos livros escolares — ou simplesmente analisar o conteúdo de uma obra — sem levar em conta as regras que o poder político, ou religioso, impõe aos diversos agentes do sistema educativo, quer seja no domínio político, econômico [...] não faz qualquer sentido” (Choppin, 2004, p. 13). Nosso objeto é analisar a intervenção do Estado na produção dos livros didáticos, especificamente relacionados à disciplina Educação Moral e Cívica (EMC), por meio da Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED) e do Instituto Nacional do Livro (INL) entre os anos de 1965 e 1975, período compreendido entre a publicação das fontes analisadas.

Para a construção da pesquisa determinamos como problemática interrogar sobre a maneira que se deu a intervenção estatal nos livros didáticos de EMC por meio da COLTED entre os anos referidos. A fim de responder esse problema, definimos como objetivos analisar a interferência estatal na educação nos livros didáticos de educação moral e cívica por meio da COLTED; analisar a legislação e os livros didáticos para

compreender os ideais defendidos pelo Regime Militar por meio desses livros e identificar os instrumentos metodológicos utilizados.

Adotamos como abordagem metodológica a pesquisa documental, a qual “recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, ‘fontes primárias’” (Gonsalves, 2001, p. 32), em que será analisada criticamente a legislação concernente à Educação Moral e Cívica, a exemplo do Decreto-Lei Nº 869/1969 que determinou a obrigatoriedade da Disciplina Educação Moral e Cívica; da Constituição Brasileira de 24/01/1967; das Emendas Constitucionais nº 1 de 17/10/69, que indica a proibição de livros contrários à “moral e os bons costumes” e nº 2 de 30/10/69, a qual reconhece a bandeira, o brasão de armas em uso e o hino estabelecido em lei como símbolos; do Decreto-Lei 869 de 12/09/69, que incluiu a EMC como disciplina obrigatória nas escolas de todas as modalidades e graus do sistema de ensino do país; da Lei 4.024 de 20/12/61, que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; e do Decreto-lei nº 59.355/66, que instaurou a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED) e revoga o Decreto número 58.653/66 que instituiu o Conselho do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED). Também analisamos alguns exemplares de livros didáticos da disciplina Educação Moral e Cívica, justamente com o intuito de “superar aquela ideia de que documento é apenas o escrito oficialmente” (Gonsalves, 2001, p. 32).

Também foi imprescindível para esse estudo um levantamento bibliográfico acerca da História dos Livros Escolares, da legislação educacional e da ditadura militar para fundamentar nosso contexto histórico. Tomamos os trabalhos de Carlos Fico (2004), estudioso que discorre a respeito dos motivos do golpe da Ditadura Militar, voltando-se para uma perspectiva de cunho empresarial; e de Juliana Miranda Filgueiras (2006; 2012), que possui uma pesquisa extensa relacionada à nossa temática, como a COLTED, os livros didáticos e a educação moral e cívica.

Ademais, seguimos a perspectiva de Ana Lúcia G. de Farias (1989) e de Choppin (2002), para embasar nossa análise dos livros. Para responder a nossa questão norteadora, tomamos como fundamentação teórica o sociólogo Pierre Bourdieu, com a finalidade de utilizar o conceito de dominação simbólica e os instrumentos de dominação a esta interferência.

CONTEXTO HISTÓRICO

Para compreender historicamente como se originou a Ditadura empresarial-militar no Brasil, é necessário entender o contexto que antecedeu o golpe. Tendo isso em vista, é imprescindível frisar que até antes do golpe de 64, os militares ainda não tinham assumido o poder propriamente dito do país, pois bem como ilustra Fico (2004), na visão de Stepan (1975)¹, a atuação dos militares na política brasileira funcionava: [poder] ‘moderador’, isto é, os militares somente eram chamados para depor um governo e transferi-lo para outro grupo de políticos civis, não assumindo efetivamente o poder, até porque não estariam convencidos da sua capacidade e legitimidade para governar (Stepan, 1975, p. 50 *apud* Fico, 2004, p. 42).

Desse modo, fica claro que foi a partir da intenção do golpe que surgiu a possibilidade de os militares assumirem o poder, justificado a partir do enredo criado e

propagado de que o então presidente João Goulart (Jango) almejava dar um golpe de estado em conjunto com os comunistas, uma ideia amplamente combatida no ocidente no contexto da guerra fria. Além do mais, havia nessa trama inventada a ideia de que Jango tinha a intenção de instituir um exército o qual fosse leal a ele. Com isso, os militares “sentiram-se diretamente ameaçados em função da propalada quebra da disciplina e da hierarquia, suposto passo inicial para a dissolução das próprias Forças Armadas, já que Goulart poderia dar um golpe com o apoio dos comunistas e, depois, não controlá-los mais” (Fico, 2004, p. 15).

Tendo esse cenário em vista, fica evidente a dualidade em disputa que se instalou no país: de um lado estavam os detentores das empresas e dos poderes juntamente com a classe militar e de outro estava o povo o qual era a favor das revoluções e reformas estruturais que eram uma “ameaça à classe dominante brasileira e ao imperialismo” (Gorender p.66-67 *apud* Fico, 2004, p. 49). Desse modo, os motivos que vieram a impulsionar o golpe de 1964 estavam diretamente ligados ao mercado empresarial, já que naquele período as grandes empresas brasileiras estavam impulsionando o capitalismo dentro do país. Por isso, o golpe também tinha o intuito de controlar as possíveis lutas em busca das reformas de base, ou seja, tinha o fito de impedir o avanço das “ameaças revolucionárias vindo da esquerda” (Fico, 2004, p. 49).

Destarte, o regime que foi instaurado por este golpe perdurou até o ano de 1985, sendo observada uma realidade de grande repressão e autoridade, como a extrema vigilância, a tortura, o abuso policial e o desaparecimento de pessoas. Tal repressão também foi percebida no panorama educacional, principalmente dentro da sala de aula e nos conteúdos didáticos.

Partindo dessa perspectiva educacional, pode-se observar a instituição do Decreto-Lei N° 869, de 12 de setembro de 1969, em que se tornava obrigatória a disciplina de Educação Moral e Cívica nas escolas de todos os graus e modalidades de ensino do país. Este componente curricular buscou consolidar o culto à Pátria, aos seus símbolos, às tradições, às instituições e aos grandes vultos de sua história, assim como o aprimoramento do caráter, fundamentando-se na moral, na dedicação à comunidade e à família e objetivando o fortalecimento desta como núcleo natural e fundamental da sociedade, entre outros conceitos (Brasil, 1969).

Concomitante a isso, também foram instituídas algumas políticas voltadas aos livros didáticos, como a criação da Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED) em 1966 e a Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME), em 1967 (Filgueiras, 2015). Visto isso, reconhece-se a COLTED como um instrumento de disseminação da ideologia do regime militar do governo da época, mediante as atividades (como incentivar, orientar, coordenar e executar as atividades do MEC relacionadas a produção, a edição, ao aprimoramento e distribuição de livros técnicos e didáticos) que eram empreendidas na Educação básica e que serão refletidas nesse estudo.

COMISSÃO DO LIVRO TÉCNICO E DO LIVRO DIDÁTICO (COLTED)

No ano de 1966, o Ministério da Educação e Cultura do Brasil (MEC) instituiu, após o acordo MEC/USAID², a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED), que por volta de junho deste mesmo ano seria inicialmente um conselho, o então

Conselho do Livro Técnico e Didático, com o intuito de ampliar suas finalidades de edição, aprimoramento e distribuição dos livros técnicos e dos livros didáticos (Brasil, 1966) como novos escopos.

Além disso, a COLTED também tinha como foco o estímulo à expansão da indústria do livro e à diminuição do valor dos livros didáticos produzidos no país. Levando em consideração o conteúdo presente dentro dos livros didáticos de EMC que serão analisados no próximo tópico e a concepção de Choppin (2002) sobre os manuais serem simples espelhos da sociedade da qual pertencem (p. 10), é imprescindível repensarmos a autonomia que a COLTED possuía na fabricação e distribuição dos livros daquele período.

Durante sua existência, a COLTED realizou três processos de avaliação, seleção e distribuição. Desse modo, a primeira e a segunda avaliação, ocorreram entre os meses de abril e novembro de 1967, e foram baseadas nos títulos que já estavam disponíveis para formar as bibliotecas de escolas primárias.

Em seguida, ocorreu seu terceiro processo de avaliação em que foi originado um plano piloto, com o intuito de distribuir livros didáticos para todas as capitais do país e, para isso, foi realizado um questionário direcionado aos professores, no qual cada um deveria selecionar seu exemplar predileto para que, após essa devolução, as secretarias de cada estado ficassem responsáveis de reenviar uma lista atualizada dos livros apropriados. Por fim, depois de receber esse formulário, o grupo de avaliação da COLTED avaliou de maneira técnica os livros da lista, separando também uma lista dos não apropriados.

Todas as avaliações geraram um relatório final em que foram identificados os déficits presentes nos livros, como a falta de incentivo ao raciocínio lógico dos alunos, de ilustrações apropriadas, de atividades para desenvolver a compreensão científica, além de utilizar métodos antiquados. A datar do ano de 1970, tornou-se incerto discorrer acerca de outros possíveis processos de avaliação dado a falta de documentos.

No ano seguinte, a Comissão foi extinta por meio do Decreto nº 68.728, de 9 de junho de 1971, o qual instituía que

O incentivo, orientação, coordenação e execução das atividades do Ministério da Educação e Cultura, relacionadas com a produção, a edição, o aprimoramento e a distribuição de livros técnicos e de livros didáticos, a que se refere o Decreto nº 59.355, de 4 de outubro de 1966, passam à competência do Instituto Nacional do Livro. (Brasil, 1971, Art. 1º).

Desse modo, o Instituto Nacional do Livro passou a assumir todas as atividades da COLTED, devido a reorganização dos órgãos encarregados pelas políticas de livros pertencentes ao MEC.

EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA

Historicamente, a matéria Educação Moral e Cívica surgiu no Brasil durante o início da República, dentro dos debates educacionais visando formar um cidadão

moralmente cívico e consolidar o regime, pois como ilustra Filgueiras (2006) “a educação cívica e moral era a base da formação do cidadão republicano [...] consistia em localizar o cidadão em relação ao Estado e à organização política” (p. 23). Toda essa movimentação se deu pelo desejo de um sentimento nacionalista forte por parte da elite brasileira. Para tanto, “a educação cívica deveria promover a formação do caráter nacional, e isso a vinculava à educação moral, pois a noção dos deveres cívicos era o mais alto grau da moral” (Filgueiras, 2006, P. 24, *Apud* Souza, 1988b, p. 33).

Já na realidade ditatorial, a disciplina Educação Moral e Cívica tornou-se obrigatória em todos os anos escolares no ano de 1969, por meio do Decreto-Lei Nº 869. Ela tinha como objetivo

preparar os cidadãos para o exercício das atividades cívicas voltadas ao patriotismo e ao caráter almejando o bem comum; fortalecer o espírito democrático com um maneira de protegê-lo de ideologias materialistas e adversas aos interesses nacionais; cultivar a obediência à Lei, a fidelidade ao trabalho e a integração na comunidade; assimilar os deveres e direitos do cidadão e entendimento acerca da organização sócio-político-econômica brasileira; adorar a Pátria, os símbolos nacionais, as tradições, as instituições e as figuras da sua história; consolidar a unidade nacional e o sentimento da solidariedade humana, fundamentando-se na fraternidade universal; construir no indivíduo hábitos de conduta baseados na lei moral; aperfeiçoar o caráter moral de dedicação à família e a comunidade; proteger o princípio democrático mediante a conservação do espírito religioso; e projetar, fortalecer e preservar os valores morais e espirituais de nacionalidade (Brasil, 1969, Art. 2º).

Portanto, fica visível que a disciplina de EMC tinha o intuito de atender os ideais nacionalistas do governo militar, como também os valores da elite brasileira, a exemplo da “formação das crianças, adolescentes e jovens, para serem cidadãos livres, responsáveis e solidários”, dado esse que constava como fito direcionado aos professores em um dos exemplares analisados da disciplina. De mesmo modo, a disciplina era utilizada para evitar qualquer possibilidade da criação do sentimento de apoio ao comunismo, recorrendo a uma estratégia de ações anticomunistas pela sociedade, as quais encontram-se presentes no conteúdo dos livros de Educação Moral e Cívica (Da Silva *et al.*, 2017).

A partir do mesmo Decreto-Lei, a disciplina de EMC passou a ser organizada como disciplina em pelo menos uma série do curso primário, e como prática educativa³ nas demais séries de ensino. Sendo assim, a EMC ficou estruturada do seguinte modo: no ensino primário não haveria um professor especializado para ministrar a disciplina, ficando a cargo dos demais professores; no 2º grau, a disciplina deveria estar presente no ciclo ginasial e no colegial, ficando sob responsabilidade de um professor de Educação Moral e Cívica formado pela universidade; nas escolas superiores a disciplina passou a ser ministrada como uma forma de estudo acerca dos problemas brasileiros e não haveria um professor encarregado para ministrar a aula em questão, designando assim um professor em cada estabelecimento de ensino para tornar-se coordenador dessa disciplina.

OS EXEMPLARES DE EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA

Sabe-se que os governos autoritários utilizam diversos dispositivos para reforçar seus preceitos, justamente com o intuito de consolidar um pensamento comum por parte da população, evitando assim possíveis revoltas. Esta ideia nos faz refletir se a disciplina de EMC não corresponde a um dos motivos pelo qual a ditadura-empresarial militar perdurou tanto. Sendo assim, é importante frisar que tal método não foi modificado durante o período ditatorial brasileiro, pois como estudou Teixeira (2009, p. 2), “o livro assume um duplo papel, que seria o de instruir, ao mesmo tempo em que visava controlar tanto as ações discentes quanto das docentes, ao difundir e legitimar determinadas práticas associadas a um modelo ideal de sujeito”.

Com a finalidade de demonstrar como os livros didáticos de EMC eram utilizados como um instrumento de disseminação das ideologias governamentais, analisaremos nesta seção três livros sobre o componente utilizados nos espaços escolares da época: Pontos de Educação Moral e Cívica - Waldemar Arruda (IBEP, s.d.); Educação Moral e Cívica na Escola de Primeiro Grau - Edília Coelho Garcia (LISA - Livros Irradiantes S.A., 1973); Educação Moral e Cívica - Otto Costa, Felipe N. Moschini e José C. Paixão (Editora do Brasil S.A., 1975)

Para tanto, empregamos as concepções de Faria (1989) a respeito da maneira com que os livros didáticos tratam o trabalho e como as crianças apreendem o trabalho. De acordo com a autora “o livro didático não vê o desenvolvimento do homem, da sociedade e o processo de trabalho dialeticamente relacionando o homem que produz sua existência e sendo determinado pelo que e pelo como a produziu” (Faria, 1989, p. 22), ou seja, os livros acabam por desconsiderar o lado histórico do trabalho e tudo o que envolve esse cunho histórico, como a “relação entre os trabalhadores, da organização da sociedade” (Faria, 1989, p. 23)

Do mesmo modo, seguimos a teoria bourdieusiana para compreender acerca do poder simbólico e dos instrumentos de dominação. Conforme Bourdieu, o poder simbólico tem a capacidade “de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo” (Bourdieu, 2002, p. 14), intencionalidade essa que pretendemos identificar nas seguintes análises. Os instrumentos de dominação correspondem a um universo simbólico que abrange o mito, a religião, a arte e a língua.

PONTOS DE EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA

Na obra intitulada “Pontos de Educação Moral e Cívica”, de autoria de Waldemar Arruda, sem data de publicação, é perceptível uma subdivisão no conteúdo presente no livro em questão. No livro, o autor inicia discorrendo acerca das divisões do livro (primeira, segunda e terceira parte), após isso é exposto a respeito dos objetivos e da obrigatoriedade da disciplina de Educação Moral e Cívica. Em seguida, foi colocado uma nota em que são apresentadas fontes que os professores devem repassar aos seus alunos, como a Constituição Brasileira de 24/01/1967, a Emenda Constitucional nº 1 de 17/10/69 e nº 2 de 30/10/69, o Decreto-Lei 869 de 12/09/69 e a Lei 4.024 de 20/12/61.

Quanto à Emenda Constitucional nº 1 de 17 de outubro de 1969 a qual estava presente nos exemplares discorria acerca dos símbolos nacionais (o hino e bandeira), mencionava a questão dos estados, municípios e Distrito Federal poderem ter seus próprios símbolos, modificava-se a capital da União para o Distrito Federal, entre outros. Em relação a Emenda Constitucional nº 2 de 30 de outubro de 1969, ela também reforçava acerca dos símbolos estaduais: "**Artigo 4.º** - São símbolos estaduais a bandeira e o brasão de armas em uso na data da promulgação desta Constituição e o hino estabelecido em lei." (Brasil, 1969, n.p.). Sendo assim, é observado a forte presença dentro dos conteúdos exemplares didáticos, com o intuito de normalizar o reconhecimento e também consolidar tais símbolos no entendimento dos alunos.

Com relação ao Decreto-Lei 869 de 12 de junho de 1969, ele disserta a obrigatoriedade da disciplina de Educação Moral e Cívica, em todos os graus e modalidades, tendo como características a defesa do espírito religioso, da dignidade humana e do amor é liberdade, a consolidação dos valores éticos, o culto à Pátria, as tradições e instituições, a preparação do cidadão para os exercícios cívicos, a obediência à Lei, entre outros.

Todos esses aspectos vieram a nortear o desenvolvimento e a aplicação da disciplina nas escolas, e também a serem utilizados como uma norma instrutiva acerca da maneira de como os professores deveriam repassar os conteúdos de moral e cívica durante as aulas, sendo um exemplo a ser seguido e o que for distinto disto indo de contra aos ideais do Estado.

Logo após isso, começaram a ser pontuados os mandamentos cívicos nas escolas de ensino primário e secundário, a serem difundidos os conceitos de moral, dos deveres morais, da lei moral, dos ciclos da vida, do caráter moral, do raciocínio, da vontade, da ordem, do trabalho, da economia, da temperança, da higiene, da justiça, da modéstia, da sinceridade, da descrição, da verdade, da tranquilidade, da felicidade, do patriotismo, de Pátria, de nação, de país, de Estado, de solidariedade, de família, de casamento, de divórcio, entre outras concepções associadas aos aspectos de caráter que eram esperados naquele período. Do mesmo modo, posteriormente são estabelecidos os "símbolos nacionais", sendo eles a Bandeira Nacional, o Hino Nacional, as Armas Nacionais e o Selo Nacional, que foram instituídos por meio da Lei nº 5.443 de 28 de maio de 1968 e são aprofundados até o momento em que o livro inicia uma discussão acerca da cidadania brasileira. Logo em seguida, introduz-se sobre o Patrono do serviço militar, no caso Olavo Bilac, o qual inspirou a letra do Hino Nacional com seus poemas (Brasil, 1966). É assinalado acerca dos heróis nacionais que seriam aqueles cujas vidas fornecem inspirações devido seus feitos, assim como também é sinalizado a respeito das datas importantes (todas relacionadas a vertente governamental militar). Por último, a primeira parte do livro discorre sobre a legislação que fundamenta a disciplina de Moral e Cívica e finaliza colocando o golpe de 1964 como uma revolução para o país.

No decorrer do exemplar o texto concentra-se em torno da Moral e da Religião, mais precisamente na segunda parte do livro, percebemos a presença de um recorte dirigido a igreja, pois na primeira página do capítulo encontramos a oração do "Pai Nosso" ("Padre Nosso" como consta no exemplar), seguida de uma explicação de como teria acontecido a criação do mundo, fundamentada na Bíblia Sagrada. Bem como encontramos os 10 Mandamentos de Deus e um breve resumo sobre a Lei Cristã e a religião. Ulteriormente, observamos o culto à Deus, que está diretamente ligado as normas para um bom viver, como se é exposto livro:

O jovem cristão deve seguir as pegadas dos ensinamentos religiosos, conscientemente, fazendo um juramento a Deus, em benefício de si próprio, dos seus irmãos de jornada e a sociedade colherá, também, frutos sanzonados e benéficos. O juramento é lícito porque é um ato de fé em homenagem à sabedoria e justiça de Deus. A palavra de uma pessoa séria vale como um documento de contrato e Deus poderá ser a testemunha (Arruda, s.d., p. 92).

Desse modo, fica evidente a relação da religião com os preceitos da moralidade, além dos conceitos nacionalistas, para o indivíduo ser considerado um cidadão moral e cívico impecável, também deveria deter das convicções religiosas, o que Choppin (2002) já havia destacado que “o livro participa do processo de socialização e aculturação da juventude justamente porque ele vem implícito ou explícito de valores morais, religiosos, políticos.” (p. 14). Isso é reforçado ao final da segunda parte do livro, em que podemos contemplar alguns vocabulários religiosos apresentados aos alunos, como por exemplo: Deus, Jesus, religião, culto, ímpio, ateu, idolatria, demonolatria, espiritismo, profanação, sacrilégio, simonia, blasfêmia, satanás, Bíblia, fé, decálogo, esperança, cristão, castidade, fraternidade, virtude, voto, juízo eterno, consciência, “nôvo” e velho testamento, Adão, Eva, Éden, Babel, Matusalém, Arca de Noé, entre outros.

Posteriormente, na terceira e última parte do livro, observamos as “belíssimas páginas”⁴ em que estão presentes alguns poemas (sobre o Brasil, sobre Deus, sobre a mãe, sobre o lar e sobre os mestres), os hinos patrióticos e as canções patrióticas. Ao final, chegamos à conclusão do livro com um texto sobre a língua portuguesa, em que é posto como “a melhor parte de nós mesmos, é a nossa tradição, o veículo do nosso pensamento, a nossa pátria e o melhor elemento da nossa raça e da nossa nacionalidade” (Arruda, s.d., p. 127), mais uma vez reforçando para o aluno que tivesse contato com esse material didático como o patriotismo era algo a ser seguido e uma característica a se orgulhar.

EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA NA ESCOLA DE PRIMEIRO GRAU

Seguindo o mesmo ideal do livro anterior, o exemplar intitulado “Educação Moral e Cívica na Escola de Primeiro Grau da 6ª à 8ª série”, de autoria de Edília Coelho Garcia, também detém o intuito de disseminar a ideologia de amor à Pátria. Este ideal fica perceptível logo no primeiro momento do livro, nos agradecimentos da autora, em que ela dedica o livro a seu pai “para quem a Moral e o Civismo sempre foram lei...” (p. 7). Concernente a isto, nas próximas páginas do livro a autora discorre sobre o “conhecimento dos pais e professores” e subdivide o capítulo em seis pontos principais, sendo eles a “Educação Moral”, a “Educação Cívica”, da “Educação formal à Educação de conteúdo”, a “Educação Moral e Religião”, a “Educação Moral e Cívica: Disciplina ou Prática Educativa?” e o “Professor de Educação Moral e Cívica”.

Primeiramente, antes de iniciar o tópico primário, a autora do livro discorre a respeito do Parecer N° 94/71, o qual aprovava os currículos e programas de Educação Moral e Cívica e dá seguimento dissertando sobre as considerações preliminares, sendo a primeira consideração a “Educação Moral”. Neste tópico primário, a autora cita

Bergson, um filósofo francês que refletia acerca do homem ser um ser moral e que seria detentor de uma fonte original a qual geraria a liberdade, liberdade esta que corresponderia ao centro da Educação Moral, dado que ela é responsável por potencializar todo o trabalho educacional. Ao final do ponto, a autora apresenta sobre o que visa a Educação Moral, ela tencionava pela separação do “instinto moral de um ser livre, à sua formação consciente e crítica, ao seu aperfeiçoamento, no convívio com os outros” (p. 14), sendo assim fica entendido que a educação moral visava a formação do ser moral baseado nas suas interações com a sociedade.

No tópico secundário intitulado “Educação Cívica”, é posto que a condição de cidadão está estritamente relacionada com a Pátria e os outros cidadãos, principalmente baseado na Pátria. No decorrer do tópico, percebemos como o amor a Pátria era um dos principais preceitos da EMC e como esse ideal era repassado fortemente em sala de aulas para os alunos de 6ª a 8ª série, dado que ela é posta como se fosse o centro da vida do indivíduo como podemos verificar no livro quando diz que a Pátria é “O chão do mundo de cada homem é sua Pátria. E uma Pátria é, em última análise, uma personalidade moral. Ela tem um corpo e uma alma, Ela é um território, um povo, língua (ou mais de uma), uma religião (ou mais de uma), uma tradição espiritual portada pela História” (Garcia, 1973, p. 14).

E logo em seguida, reforça essa ideia fazendo um comparativo de Nação como uma “família amplificada”, em que fica subentendido que o indivíduo deve o mesmo amor, a mesma lealdade e o mesmo respeito que ele tem em relação a sua família de sangue. E finaliza expondo que a Pátria é vivência cotidiana de indivíduos iguais vivendo em fraternidade, em liberdade e em paz dentro de uma Nação.

Na parte final do tópico, é exposto acerca da necessidade da Educação Cívica para a criança e ao adolescente, e ela se daria por meio da formação deles para a democracia. Isto se resultaria devido ao amadurecimento da consciência crítica, a qual os levaria a repassar o amor à Pátria para seus filhos.

Contudo, percebemos que o exemplar em questão tinha como objetivo não só ofertar aos professores da disciplina de EMC uma ajuda necessária, a qual estava “cumprindo as determinações da Comissão Nacional de Moral e Civismo”, mas também vir a “contribuir de maneira efetiva para a ‘formação integral da personalidade’ do jovem” (Garcia, 1973, p. 25). Além disso, a organização deste manual também deve ser observada criticamente justamente por sua estrutura de diário ter sido pensada com o intuito de trazer o conteúdo presente para o dia a dia do aluno, como deixa claro a autora: “nosso desejo foi o de levar o jovem a assimilar os conhecimentos de Educação Moral e Cívica dentro da sua vivência de todo o dia e até usando sua própria linguagem” (Garcia, 1973, p. 26). Outrossim, deve ser levado em consideração quais são os assuntos abordados no livro: as personalidades militares (a exemplo de Almirante Benjamin Sodré, Marechal Deodoro da Fonseca, Osvaldo Cruz), os projetos do governo (como o Projeto Rondon, o Centro Cívico), datas comemorativas ligadas ao militarismo (tal como o dia do marinheiro, a independência do Brasil), conceitos morais (citando a consciência moral, a personalidade moral, a obediência) e os símbolos nacionais (como a bandeira, as armas nacionais, o hino nacional) que estavam usualmente acompanhados de ilustrações coloridas.

Pois bem, todos esses aspectos somados com o conteúdo presente vêm a demonstrar a utilização das formas simbólicas estudadas por Bourdieu (2003), instrumento para formar um consenso acerca da reprodução da estrutura da ordem

social, tudo isso porque ele “explica as produções simbólicas relacionando-o com os interesses da classe dominante” (Bourdieu, 2003, p. 10). Sendo assim, pressupõe-se que as produções simbólicas existentes nesse livro correspondem ao interesse da classe que dominava aquele período, ou seja, os militares deixaram sua intencionalidade bem explícita no início do manual didático.

EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA - ENSINO DE PRIMEIRO GRAU

O último exemplar analisado intitulado “Educação Moral e Cívica - Ensino de Primeiro Grau” de Otto Costa, Felipe N. Moschini e José C. Paixão, divide-se em Unidade I e II (e Subunidade II). Sendo a Unidade I correspondente ao “Programa para o curso ginásial”. E, mais uma vez, percebemos que o exemplar estava de acordo com o Programa Oficial de Educação Moral e Cívica voltado para o Curso Ginásial.

A primeira parte do livro é intitulada “O Homem” detinha como objetivo comportamental o “preparo do cidadão para a obediência à lei, à fidelidade ao trabalho e à integração na comunidade” (Paixão, 1975, p. 9), o que nos remete a pensar no que Ana Lúcia G. de Faria discorreu em seu livro “Ideologia no livro didático”: “o livro didático só fala do caráter positivo do trabalho” (1989, p. 24), dada essa fidelidade que o cidadão ideal cívico deveria ter com seu trabalho.

Além disso, o elemento inicial do exemplar também tem o enfoque na pessoa humana, na noção de valor moral, no caráter, na moral e na religião. Encontramos fragmentos que vieram a intensificar o caráter positivo do trabalho, já que no decorrer desse ponto, os autores afirmam que “as realizações do homem sobre a terra mostram do que ele é capaz. Entre tantas coisas, recordamos apenas que ele desvia o curso dos rios, represa as águas para captar-lhes a força, vence os desertos, os mares e as florestas.” (1975, p. 18), colocando em prisma tudo aquilo que o homem já veio a produzir por meio do trabalho por conta das suas necessidades, sem mencionar o outro lado do trabalho, seu vínculo com o capitalismo.

Já na parte em que se discorre acerca da noção de valor moral, encontramos um discurso de cunho coletivo, com o intuito de provocar esse sentimento no aluno que receberá este exemplar e que no futuro virá a ser um cidadão ideal:

O homem, porém, não vive isolado. Ele é de natureza social. Está ligado aos seus semelhantes. Vive em sociedade. De sua própria personalidade recorrem seus atributos individuais e sociais. A reta vivência dos atributos sociais constitui o *Civismo* que por sua vez é o reflexo na sociedade dos atributos individuais do homem (Costa *et al.*, 1975, p. 28).

Mais adiante, nós observamos que foi fornecido os atributos sociais que eram necessários para compreender o sentido do civismo. Logo, a primeira ideia que é exposta é o conceito de civismo que de acordo com o livro seria “um complexo de idéias e de sentimentos, de atos e de virtudes que convêm a um bom cidadão, elemento consciente e ativo dentro da Sociedade” (1975, p. 29). E ainda relaciona o civismo com a “defesa dos valores que fazem a grandeza da Pátria” (1975, p. 29).

Além disso, ainda há a ideia, os sentimentos (que seriam o sentido e cuidado do bem-comum e com as consequências que seus atos individuais poderiam vir a causar ao bem-comum, a fidelidade com a soberania das instituições, o espírito democrático e o espírito crítico construtivo para com as instituições, aos partidos e aos políticos), os atos (que se referem a obediência às leis, a entrega e esmero a comunidade e aceitação dos seus compromissos políticos) e as virtudes sociais (que concernem ao interesse pelas coisas da Pátria, ao zelo pelo bem-comum, ao amor ao trabalho e a obediência às leis) que estariam presentes dentro do Civismo segundo os autores.

Desse modo, tornou-se primordial frisar a virtude social de amor ao trabalho dado o que De Faria (1989, p. 32) acusa quando diz que “o livro didático pretende, portanto, um equilíbrio social impossível, enquanto a sociedade for dividida em classes”, uma vez que nesse tópico os autores tendem a passar a mensagem de que “nosso trabalho, portanto, além de garantir nossa própria subsistência, reflete-se na grandeza da Pátria” (1975, p. 32), como se a sociedade daquele período crescesse ao passo que o indivíduo cresce, o que de fato não acontece.

Ademais, ainda existem as virtudes sociais próprias dos governantes, as quais tangeriam a isenção de ânimo, o espírito de desprendimento e o espírito de empreendimento. E por fim, as virtudes sociais do bom político, que tocariam valores como a dedicação, a coragem, a prudência e o senso de justiça.

Para tanto, salientamos o tópico “Objetivos da Ordem Econômica e Social”, onde estão presentes discursos sobre o trabalho e o desenvolvimento nacional. Logo, o Brasil é posto como um “país em franco desenvolvimento, com perspectivas maravilhosas, para o futuro” (Costa *et al.*, 1975, p. 317), o que mais adiante passa a ser relacionado com o trabalho individual, causando uma falsa sensação de correlação, o que já havia sido explanado por De Faria (1989, p. 57), quando ela afirma que para o livro didático “a educação escolar é um valor de uso, um investimento para o futuro: garante uma boa situação econômica através de um bom emprego”.

Desse modo, consideramos que este livro didático tinha como propósito principal tratar do trabalho partindo de uma perspectiva condizente ao que analisa De Farias (1989, p. 138), como um direito ao passo que é um dever, assim como está presente no livro: “ninguém é lícito permanecer à margem do progresso e do desenvolvimento”. Portanto, constatamos que o governo militar almejava criar uma correlação entre o trabalho individual e o crescimento da Nação aos alunos. Entretanto, observamos outros aspectos evidentes nesse livro e que se repetem nos outros analisados, e eles são: os símbolos nacionais, os conceitos, os valores morais, a religião e a família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste estudo, observamos que os livros didáticos foram utilizados como um aparelho de disseminação dos ideais e valores militares e da classe dominante, já que continham diversos símbolos em sua composição com o intuito de criar um sentimento de amor, devoção e obediência à Pátria nos alunos que entraram em contato com esses exemplares e desviar a atenção aos problemas sociais e econômicos do regime ditatorial.

Além disso, o governo militar ainda manuseou o conteúdo dos livros como um meio de vir a colocar o trabalho individual como a força motriz para o desenvolvimento econômico da nação, fazendo com que existisse uma falsa sensação de mobilidade social naquele período.

Outrossim, no que se refere às legislações até aqui estudadas, percebemos que foi a partir delas que muitas ações da disciplina Moral e Cívica puderam ser consolidadas, desde a sua instituição até o asseguramento de seus atos, como por exemplo, as avaliações da COLTED. Não é intrigante o fato de um dos exemplares analisados conter em sua parte introdutória a informação de que ele de fato estava de acordo com o Programa Oficial de Educação Moral e Cívica? Tudo isso vem demonstrar a autoridade que a COLTED (e por consequência o Governo) tinha sobre os livros que circulavam naquele período.

Por fim, é interessante frisar que os conteúdos presentes nos livros de Educação Moral e Cívica vieram por justificar a permanência da Ditadura empresarial-militar de tal modo que até hoje existem resquícios dela em discursos favoráveis ao retorno da Ditadura. Além disso, ocasionou o fortalecimento do discurso do trabalho em prol da nação e do bem coletivo reproduz a necessidade de manter a ordem do regime que estava sobre a intensificação do poder de consumo das famílias, uma vez que a alta inflação do período estava sendo controlada por meio arrocho salarial e consequentemente o aumento das desigualdades sociais.

Desse modo, a pesquisa realizada é de extrema relevância para se compreender o contexto político e social desse período e também para elucidar como as legislações eram utilizadas para assegurar a ação autoritária dos militares no âmbito escolar, assim como assimilar que as mesmas funcionavam como um método de amparo para garantir qualquer interferência na produção dos livros didáticos de Educação Moral e Cívica.

Artigo recebido em: 01/03/2024

Aprovado para publicação em: 16/08/2024

MORAL AND CIVIC EDUCATION: STATE INTERVENTION IN THE PRODUCTION OF TEXTBOOKS THROUGH COLTED AND INL FROM 1965 TO 1975

ABSTRACT: This article investigates the intervention of the State in the production of textbooks of the discipline Moral and Civic Education (EMC) through the Technical Book and Textbook Commission (COLTED) between the years 1965 to 1975. We aim to analyze this state interference in education and understand the ideals defended by the Military Regime from textbooks. This documentary research took as source the books used in the military period of the discipline to develop an analysis of the contents present there, and has as theoretical basis authors who address the same field in the historical context studied. As a result, we conclude that the books have become an instrument of dissemination of military principles and values (such as love for the Homeland, family and work) and the ruling class through COLTED.

MENDES, B. M.; DAMASCENO, A.; VASCONCELOS, J. M.

KEYWORDS: Didactic Book; Moral and Civic Education; Commission of the Technical and Didactic Book.

EDUCACIÓN MORAL Y CÍVICA: LA INTERVENCIÓN DEL ESTADO EN LA PRODUCCIÓN DE LOS LIBROS DE TEXTO POR MEDIO DE COLTED E INL EN LOS AÑOS 1965 A 1975

RESUMEN: Este artículo investiga la intervención del Estado en la producción de los libros didácticos de la disciplina Educación Moral y Cívica (EMC) por medio de la Comisión del Libro Técnico y del Libro Didáctico (COLTED) entre los años 1965 a 1975. Tenemos como objetivos analizar interferencia estatal en la educación y comprender los ideales defendidos por el Régimen Militar a partir de los libros didácticos. Esta investigación de carácter documental tiene como fuente los libros utilizados de la disciplina para desarrollar un análisis acerca de los contenidos, y tiene como base teórica autores que abordan el mismo campo en el contexto histórico estudiado. Llegamos a la conclusión de que los libros se han convertido en un instrumento de difusión de los principios y valores militares y de la clase dominante a través de COLTED.

PALABRAS CLAVE: Libro de Texto; Educación Moral y Cívica; Comité de Libros Técnicos Libros de Texto.

NOTAS

- 1 - STEPAN, A. C. Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira. Rio de Janeiro: Artenova, 1975, p.140.
- 2 - Série de acordos produzidos, nos anos 1960, entre o Ministério da Educação brasileiro (MEC) e a *United States Agency for International Development* (USAID) que visavam estabelecer convênios de assistência técnica e cooperação financeira à educação brasileira.
- 3 - É uma ação eficaz que exige um momento de planejamento, um momento de interação, um momento de avaliação e, finalmente, a reflexão crítica e o replanejamento dessas ações.
- 4 - Título do capítulo do livro "Pontos de Educação Moral e Cívica".

REFERÊNCIAS

ARRUDA, W. **Pontos de educação moral e cívica:** curso médio (com material ilustrado). São Paulo: Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas, s.d.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** Fernando Thomaz (português de Portugal). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 6ª ed., 322 p., 2003.

BRASIL. **Decreto Nº 58.222, de 19 de abril de 1966.** Institui Olavo Bilac como Patrono do Serviço Militar. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-58222-19-abril-1966-398813-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 maio 2023.

BRASIL. **Decreto nº 59.355, de 4 de outubro de 1966.** Provê sobre a política do livro técnico e do livro didático e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-68728-9-junho-1971-410492-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 19 jul. 2023.

BRASIL. **Decreto-lei nº 59.355, de 4 de outubro de 1966.** Institui no Ministério da Educação e Cultura a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didática (COLTED) e revoga o Decreto número 58.653-66. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-59355-4-outubro-1966-400010-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 maio 2023.

BRASIL. **Decreto-lei nº 869, de 12 de setembro de 1969.** Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-869-12-setembro-1969-375468-publicacaooriginal-1-pe.htm>. Acesso em: 10 maio 2023.

BRASIL. **Emenda Constitucional Nº1, de 17 de outubro de 1969.** Edita o novo texto da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc01-69.htm#:~:text=%C2%A7%201%C2%BA%20Todo%20o%20poder,e%20outros%20estab%20elecidos%20em%20lei. Acesso em: 26 dez. 2023.

BRASIL. **Emenda Constitucional Nº 2, de 30 de outubro de 1969.** O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições e, Considerando que, pela Emenda Constitucional n. 1, de 17 de outubro de 1969, foram introduzidas modificações em dispositivos da Constituição da República que, assim, passa a vigorar com nova redação a partir de 30 de outubro de 1969. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/emenda.constitucional/1969/emenda.constitucional-2-30.10.1969.html>. Acesso em: 26 dez. 2023.

BRASIL. **Lei Nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/lei-no-4-024-fixa-as-diretrizes-e-bases-da-educacao-nacional,396c7a68-fd58-42d5-92db-8e1caf974355#:~:text=Lei%20n%C2%BA%204.024%2C%20de%2020,da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Nacional%20no%20Brasi>. Acesso em: 24 set. 2023.

BRASIL. **Lei Nº 5.443, de 28 de Maio de 1968.** Dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5443impresao.htm. Acesso em: 12 maio 2023.

CHOPPIN, A.; BASTOS, T. M. H. C. O historiador e o livro escolar. **Revista História Da Educação**, 6(11), 2002, p. 5–24. Recuperado de

MENDES, B. M.; DAMASCENO, A.; VASCONCELOS, J. M.

<https://www.seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30596>. Acesso em: 12 maio 2023.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e pesquisa**, 2004, 30: 549-566.

DA SILVA, C.M ; BARTHOLO, M.E.C. A Educação Moral e Cívica na construção de ser brasileiro: Um indivíduo obediente, cristão e anticomunista. **Revista Mosaico**. 2017, Jan/Jun. 08 (1): 23-31.

DE FARIA, A. L. G. **Ideologia no livro didático**. 8º ed. São Paulo: Cortez Editora, 1989. FICO, C.. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, nº 47, p.29-60, 2004.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, nº 47, p.29-60 - 2004.

FILGUEIRAS, J. M. As políticas para o livro didático durante a ditadura militar: a COLTED e a FENAME. **Hist. Educ.** (Online): Porto Alegre, v. 19, n.º 45, p. 85-102, jan./abr., 2015.

FILGUEIRAS, J. M.. **A educação moral e cívica e sua produção didática: 1969-1993**. Orientador: Prof. Dr. Kazumi Manakata. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

GARCIA, E. C. **Educação Moral e Cívica na Escola de Primeiro Grau da 6ª à 8ª série**. 3º Volume. São Paulo: LISA - Livros Irradiantes S.A., 1973.

GONDIM, A. M. D. C. A Comissão Nacional de Moral e Civismo e a Mocidade Portuguesa: configurações sociais e identidade nacional. **Revista Brasileira de História da Educação**, 2020.

GONSALVES, E. P. **Conversas sobre iniciação científica**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2001.

KRAFZIK, M. L. de A. **Acordo MEC/USAID - A Comissão do Livro Didático e do Livro Técnico - COLTED (1966/1971)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, ago. 2006.

MINTO, L. W. Glossário. MEC-USAID. **HISTEDBR** - Grupo de Estudos e Pesquisa "História, Sociedade e Educação no Brasil", Campinas, SP, 2006. Disponível em: <https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/mec-usaid>. Acesso em: 23 set. 2023.

RIBEIRO, M. L.; SOARES, S. R.. A prática educativa nas representações de docentes de cursos de licenciatura. UEFS. UNEB. In: **ANPED-GT**, 8, 2006.

SÃO PAULO, **Emenda Constitucional Nº 2, 30 de outubro de 1969**, Capítulo I - Art. 4.

Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/emenda.constitucional/1969/emenda.constitucional-2-30.10.1969.html>. Acesso em: 23 set. 2023.

TEIXEIRA, G. B. Livro: Artefato Social e Escolar. **Revista Vozes Em Diálogo**: Rio de Janeiro, julho-dezembro, 2009.

BEATRIZ MOURA MENDES: Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) na Universidade do Estado do Pará. Graduada no curso de Licenciatura em Pedagogia na Universidade Federal do Pará (UFPA). Pesquisadora do Laboratório de Pesquisas em Memória e História da Educação (LAPEM/UFPA) e do Grupo de Pesquisa História da Educação na Amazônia (GHEDA).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3215-009X>

E-mail: beatrizmoura111@hotmail.com

ALBERTO DAMASCENO: Professor Titular da Universidade Federal do Pará, docente do Programa de Pós-graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB) e do Programa de Pós-graduação em Educação na Amazônia (PGEDA). Pós-Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Paraná. Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1998). Mestre em Educação Escolar Brasileira pela Universidade Federal de Goiás (1991). Especialista em Educação e Problemas Regionais pela UFPA (1985). Graduado em Arquitetura pela Universidade Federal do Pará (1983). Atualmente coordena o Laboratório de Pesquisas em Memória e História da Educação (LAPEM) e preside o Conselho Municipal de Educação de Belém.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1620-6735>

E-mail: albertofdamasceno59@gmail.com

JESSICA MESQUITA VASCONCELOS: Mestranda no Programa de Pós Graduação em Gestão e Currículo da Escola Básica. Graduada em História pela Universidade Federal do Pará. É integrante do Laboratório de Pesquisas em Memória e História da Educação (Lapem-UFPA).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0795-9287>

E-mail: Jessica04102000@gmail.com

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution 4.0*, para periódicos de acesso aberto (*Open Archives Initiative - OAI*).